

A CARTOGRAFIA TÁTIL COMO RECURSO DIDÁTICO PARA INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE GEOGRAFIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

David de Abreu Alves

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG / Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Contato: davidabreu.cz@hotmail.com

Alisson Clauber Mendes de Alencar

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba
Contato: alissonclauber@gmail.com

Hannah Carla de Jesus Bezerra

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande
Contato: hannahcarla2@hotmail.com

Resumo:

Nos últimos anos, o panorama educacional no Brasil tem sido modificado evidenciando o surgimento de tendências como as de cunho inclusivo, que ganham espaço partindo da Escola como instituição cada vez mais preocupada com as questões sociais. Dentro da gama de seguimentos possíveis atreladas ao termo inclusão está à inclusão de pessoas com necessidades especiais. No caso exato para essa composição textual, a inclusão de Deficientes Visuais, onde incluir é possibilitar e oportunizar meios para o desenvolvimento de tais sujeitos, evoluindo do ponto de vista prático e teórico, capacitando profissionais envolvidos no processo educacional, desconstruindo preconceitos e paradigmas. Todos os aspectos anteriormente citados estão intrinsecamente ligadas ao currículo e componentes curriculares aos quais os estudantes são submetidos, e onde a geografia enquanto disciplina encontra-se situada no que diz respeito ao conhecimento científico. A geografia tem como característica levar os alunos a pensar e agir o mundo onde eles estão inseridos. Pensar e agir o mundo que vivemos e os fenômenos que nele ocorrem já não se apresenta muito simples para os chamados videntes, imagine para aqueles que por algum motivo não detém a visão, ou tem uma perda parcial da mesma. Complicado? Impossível? Tudo vai depender do empenho de quem se propõe a desenvolver tal habilidade e de quem vai auxiliar nesse processo. A geografia é uma disciplina que pode garantir a inclusão dos Deficientes Visuais, ela nos oportuniza a compreensão da relação homem e meio e homem com a sociedade. O seu ensino, por ter essa característica de poder ser assimilado pelo aguçar de diversos órgãos do sentido, pode sanar o déficit deixado pela visão, mesmo sendo este o órgão crucial para o seu trato. Dentre os órgãos dos sentidos mais utilizados no ensino de geografia para os Deficientes Visuais, está o uso do tato como um dos mais importantes. A cartografia destaca-se nesse sentido por possibilitar a construção de mapas táteis e explorar as formas para assimilação dos principais conceitos dessa ciência. Pensando em tudo que acima foi mencionado, o seguinte texto, propõe descrever como a cartografia tátil pode acontecer nas salas de aula onde existem alunos com Deficiência Visual e alunos considerados normais. Para chegar a tal objetivo que caracterizará o texto como teórico-reflexivo, busca-se adentrar na literatura própria sobre inclusão, cartografia tátil e ensino de geografia. A metodologia utilizada para responder ao objetivo geral pauta-se no levantamento e revisão bibliográfica, baseado nos principais nomes que discutem a temática.

Palavras – Chave: Cartografia, Inclusão, Ensino de Geografia, Deficiência Visual.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a realidade do processo de ensino, mesmo com todas as lutas e conquistas evidenciadas ao longo da última década, não contempla uma educação de qualidade a todos os estudantes em seus níveis e suas modalidades de ensino.

“Esse problema fica ainda maior quando nos voltamos para o seu ensino nos processos especializados. A situação enfrentada por essa modalidade de ensino por si só já é muito complexa de se analisar e pontuar”, tornando-se maiores quando agregados aos problemas evidenciados dentro das escolas, que necessariamente não são de responsabilidade da própria Escola e sim do Estado. (ALVES, 2014, p.18)

As garantias constitucionais em muitos casos são meramente ilusórias e presentes apenas nos documentos oficiais, “demandando infraestrutura necessária à sua efetivação, a exemplo da formação inicial e continuada de professores, e adaptação dos recursos de ensino da escola”. (ALVES, 2014, p.14)

Além dos desafios que a educação possa ter para alcançar seus objetivos, “partindo do princípio da formação de cidadãos reflexivos, cientes de sua realidade e de seu papel na sociedade, fundamentados sob as diversas áreas do conhecimento”, dificuldades particulares relacionadas às disciplinas do saber científico ganham maior proporção. (ALVES, 2014, p.14).

Tendo o Ensino de Geografia como enfoque, consideramos sua complexidade de ensino-aprendizagem na sala de aula para aqueles que são atendidos pela Modalidade de Educação Especial, e despertamos para a pesquisa dentro de uma inquietação relacionada ao ensino de tal disciplina para os Deficientes Visuais.

No tocante ao ensino dessa disciplina destinada aos que as políticas educacionais chamam de inclusão, são evidenciados problemas relacionados às concepções teórico-metodológicas, e nas condições estruturais e recursais que atingem não somente os sujeitos com Deficiência Visual, mas os ditos normais.

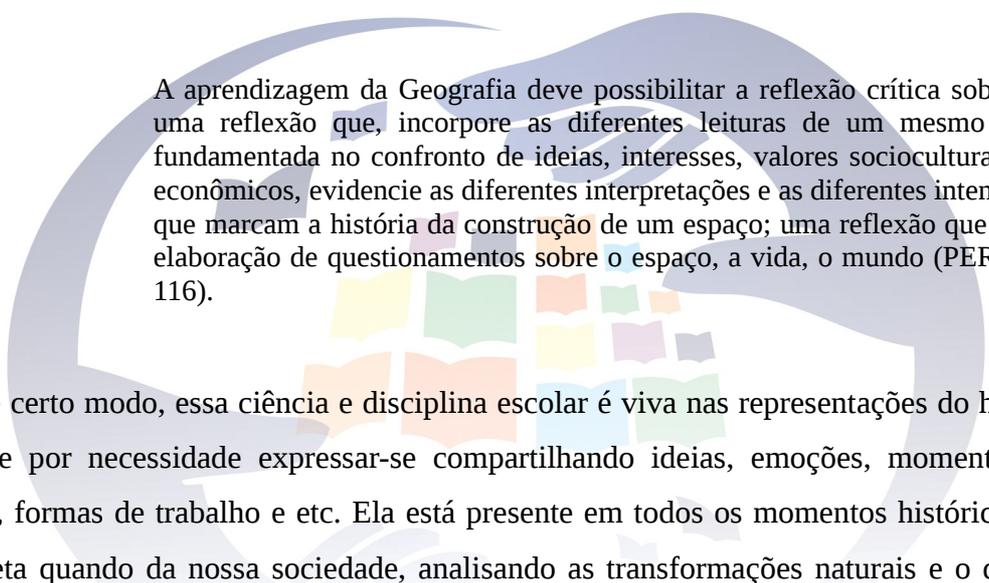
Mediante o que acima foi exposto brevemente, inquietações tais como: O que é geografia? Para que ela serve? Como a mesma deve ser ensinada? Qual o potencial inclusivo desta disciplina? Como ensinar a um deficiente Visual? Como ensinar cartografia para os cegos? São destaques que pretendemos comentar com esse texto

Partimos então do que diz Milton Santos ao relatar que a geografia estuda o espaço, e este “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos

e sistemas de ações”. (SANTOS, 2004, p. 116) Tal afirmação soa complexa para aqueles que não adentram nas questões epistemológicas dessa ciência.

Mas, de forma geral e leiga, a geografia busca compreender as relações homem e meio, bem como as interferências que um ocasiona no outro. Então, faz-se importante dar vez e voz as características distintas que passam a ser inseridas no meio social e natural ao longo dos séculos, e como criar condições para o estabelecimento dessa velho-nova sociedade que surge.

A geografia trata da pluralidade que existe e conforme Chaves (2011, p 44), “ao se falar em Geografia, muitas são as palavras que nos vêm à mente: Terra, mapa, clima, vegetação, relevo, latitude e longitude, sociedade, rural e urbano! É infinita a pluralidade de palavras que permeiam a ciência geográfica”. A geografia está presente em tudo. Para Perez:



A aprendizagem da Geografia deve possibilitar a reflexão crítica sobre o espaço: uma reflexão que, incorpore as diferentes leituras de um mesmo objeto, que fundamentada no confronto de ideias, interesses, valores socioculturais, estéticos, econômicos, evidencie as diferentes interpretações e as diferentes intencionalidades que marcam a história da construção de um espaço; uma reflexão que possibilite a elaboração de questionamentos sobre o espaço, a vida, o mundo (PEREZ, 2001 p. 116).

De certo modo, essa ciência e disciplina escolar é viva nas representações do homem, que sempre teve por necessidade expressar-se compartilhando ideias, emoções, momentos vividos, habilidades, formas de trabalho e etc. Ela está presente em todos os momentos históricos tanto do nosso planeta quando da nossa sociedade, analisando as transformações naturais e o desencadear das características sociais. A geografia não é “uma disciplina escolar que apenas possui conteúdos conceituais para transmitir”. (LASTÓRIA; FERNANDES 2012, p. 328)

No contexto social, as pessoas chamadas de deficientes percorrem um caminho árduo rumo o acesso de direitos, de permanência na escola, de melhores condições de mobilidade. Cada pequena conquista é valorizada, e hoje em dia a defesa da chamada inclusão parte das escolas e de muitas políticas públicas que surgem nesse seguimento. Compreender todo este processo não cabe aqui, mas é de suma importância ter uma noção histórica do presente, que no caso dos deficientes não foi nada fácil e muito conflitante.

Não é novidade na sociedade a existência de pessoas que apresentem déficits sensoriais físicos e psicológicos, mas esses durante longos anos da história apresentaram-se segregados e vistos com maus olhos por aqueles que se diziam normais. Essas dificuldades, no passado (na Idade Média, por exemplo), eram notadas durante o momento do trabalho.

A realidade é que até hoje existem barreiras para as pessoas com deficiência conviverem no meio social, e como já mencionado, é na educação a busca para derrubar tais barreiras. Então, este trabalho busca evidenciar o uso de um recurso para o ensino de geografia que evidencia a tal inclusão. Conforme Alves (2014, p.18):

Os sistemas educacionais inclusivos através de projetos e atividades levam aos alunos portadores de necessidades especiais não só a integração com o meio à sociedade considerada normal, mas fortalecem os valores individuais de cada ser. Esses sistemas permitem o conhecer, o transpor de várias barreiras perante os acontecimentos que surgem no mundo que são na maioria das vezes estudados pela ciência geográfica.

Nesse caso, efetua-se uma pesquisa com um tipo de deficiência, que por si só já apresenta suas particularidades, o enfoque é Deficiência Visual, sendo esta:

uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. (SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria; SILVA, Myriam Beatriz Campolina, 2007 p.15).

Pensar o ensino de geografia para crianças com deficiência visual não é nada fácil, uma vez que a limitação apresentada pelos mesmos é a grande ferramenta para o entendimento da geografia. O visualizar para o vidente constitui-se como etapa inicial para a aplicação de teorias e hipóteses no campo da ciência geográfica.

Pode ser complicado, mas não é impossível incluir esses sujeitos dentro do espaço escolar. Hoje as escolas, que são considerados espaços de formação e construção de identidades, buscam a todo o momento transformar as didáticas e metodologias das disciplinas para efetuar a inclusão, não só voltadas para os deficientes, mas para todo aquele que apresenta uma particularidade ímpar.

As escolas e os diversos espaços sociais evidenciam o debate sobre as questões inclusivas, que emergem junto com uma série de reivindicações, alicerçadas por documentos oficiais como a Declaração de Salamanca e a Política de Educação Especial no Brasil. “Portanto, é possível perceber que a inclusão escolar é uma inovação educacional que carece de aprofundamento por parte dos professores de Geografia e do próprio coletivo escolar”. (CHAVES; NOGUEIRA, 2011 p.06)



Conforme exposto podemos compreender segundo Sena, Gimenez e Castelli (2013, p.02), que “a educação de pessoas com deficiência é chamada de “educação especial” ou “educação inclusiva”. Essa vem sendo amplamente discutida desde a década de 1990. Um grande passo nessa área foi a Declaração de Salamanca”.

A mensagem geral desses documentos é de valorizar as pluralidades, pois são importantes na formação de identidades, e esta deve ser realizada nas escolas visando o desenvolvimento social e pessoal. Dentro das escolas, aceitar e respeitar são termos essenciais para fundamentar outras características da inclusão. (GUIJARRO, 2005. p.11)

O que se deve deixar bem claro é, portanto, que incluir não é apenas aceitar, ou permitir o acesso de sujeitos de grupos sociais como os citados anteriormente, mas dar subsídios e possibilidades de crescimento e obtenção do conhecimento para o seu desenvolvimento. Incluir não é locar dentro da escola, sujeitos com características iguais e segregá-los dos demais alunos, e sim diversificar, valorizar as diversas singularidades e formas de ser.

A geografia vem se comprometendo com as questões inclusivas a partir do momento que busca uma inovação na forma de construir conhecimento e/ou transpor didaticamente os conteúdos presentes nos livros didáticos. Chaves (2011, p.46) cita o exemplo da imagem como recurso que pode ser explorado para compor uma aprendizagem mais efetiva, para ela:

As imagens utilizadas como recurso didático em sala de aula podem ser exemplificadas de diferentes maneiras: por figuras, como representações ilustrativas de um relevo acidentado apresentado por um croqui; por fotografias, como uma fotografia da ponte Hercílio Luz em Florianópolis ou uma fotografia aérea da cidade onde está localizada a ponte; e, sobretudo por meio de mapas.

A autora ainda destaca que os mapas podem ser também explorados não só pelos videntes, como pelos deficientes visuais, e apresentam o benefício de exemplificar melhor as representações espaciais para esses sujeitos. Sá, Campos e Silva (2007, p. 16) mencionam o porquê do uso de mapas para esses sujeitos

as retas, as curvas, o volume, a rugosidade, a textura, a densidade, as oscilações térmicas e dolorosas, entre outras, são propriedades que geram sensações táteis e imagens mentais importantes para a comunicação, a estética, a formação de conceitos e de representações mentais.

O que é mencionado acima está relacionado à chamada Cartografia Tátil, que será definida mais a diante, e que contribui de forma bastante significativa para o ensino de geografia para os



deficientes visuais. Esse tipo de cartografia amplia o mundo para os cegos e lhes possibilitam conhecer o espaço a seu entorno, bem como ter noções de espacialidade para efetuarem sua mobilidade. É baseado nesse tipo de ferramenta que o presente texto fundamenta a ideia de que o ensino para os Deficientes Visuais é possível.

OBJETIVOS

Tal pesquisa busca relatar como a cartografia tátil pode acontecer nas salas de aula, onde existem alunos com Deficiência Visual e alunos considerados normais efetivando o que podemos chamar de inclusão, visto que já se verifica o potencial inclusivo que tal ferramenta possui. Cabe também ao texto caracterizar o que seria essa Cartografia Tátil.

Busca-se mostrar nesse texto que o ensino para os deficientes visuais deve valorizar o potencial de outros órgãos sensoriais e atividades motrizes, e que a geografia permite o mesmo. Compreender qual é a função da Geografia para os Deficientes Visuais, e qual determinação regulamenta o ensino para os deficientes no Brasil, também é destacado.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a composição de artigo está relacionada ao levantamento dos textos relevantes no que diz respeito ao debate sobre a Cartografia Tátil e sua destinação ao ensino de geografia para os Deficientes Visuais.

Além dos artigos presentes na revista online do IBC – Instituto Benjamin Constant - foram destacados os seguintes textos de Ruth Emilia Nogueira Loch (2008), Jaqueline Machado Vieira e Cláudio Benito Oliveira Ferraz (2015), Carla C. R. G. De Sena, Cristiano Gimenez e Mariane R. Catelli (2013), Maeli Faé (2009), Carla C. R. G. de Sena e Waldirene R. do Carmo (2013), Ana Paula Nunes Chaves (2011), Ana Paula Nunes Chaves e Ruth Emilia Nogueira (2011), e, Andrea Coelho Lastória e Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (2012).

O material teórico foi revisado e as considerações destacadas nos servirão posteriormente de subsidio para a formulação de estratégias de ensino cartográfico tátil em escolas que apresentem o público aqui destacado. É válido mais uma vez ressaltar que o emprego da Cartografia Tátil não é destinado apenas aos deficientes visuais, mas possibilita um dinamismo na forma de compor as representações espaciais que se deseja apresentar aos alunos.



A seguir os principais apontamentos destacados por esses autores no tocante a Cartografia Tátil para o deficientes visuais serão descritos.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES APÓS A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Refletir sobre o ensino e a aprendizagem da Geografia é pensar nos educandos, nos objetivos, nos conteúdos geográficos, nas metodologias e nos recursos dispostos nas escolas para todos os alunos. É prioridade saber quem são esses alunos, qual é o ritmo de aprendizagem, saber sobre suas experiências, quais os saberes significativos que possuem, qual é a melhor forma de aprender. A inserção dos alunos com deficiência visual pressupõe a reorganização de algumas ações e metodologias que possibilitem a aprendizagem do ensino de Geografia. (FAÉ, 2009 p.01)

As palavras de Faé se encaixam na premissa de inclusão, onde o homogeneizar não é prioridade, onde o valorizar da diferença passa a ser o ponto inicial para o desencadear da construção de identidades e de conhecimento. Onde conhecer o aluno é importante para o planejamento de estratégias de ensino que valorize suas capacidades e não deixem evidente seu déficit.

Tal autora ainda faz um destaque sobre o ensino de geografia para crianças cegas, apontando o ensino com mapas como metodologia importante. Para ela:

O mapa é uma representação indispensável para o ensino de Geografia, onde a construção e a interpretação desse suporte, em outra linguagem, se torna prioritária na educação dos anos iniciais. Estes possuem convenções e devem ser considerados por todos. Não são apenas imagens ou figuras, é preciso respeitar alguns princípios cartográficos como o uso adequado das cores, os símbolos nas legendas, clareza no título, as escalas com medidas exatas e a orientação certa. Para os alunos cegos é importante trabalhar com mapas e globos táteis, em relevo, com clareza de informações, acompanhados da descrição pelo professor. Esse tipo de material didático possibilita o acesso ao conhecimento da cartografia no plano, uma experiência bidimensional, nas maquetes, tridimensionais com uma percepção de perspectiva. (FAÉ, 2009 p. 07-08)

O uso de mapas e mapas táteis se encaixa cada vez mais na nova forma de lecionar geografia, que muitos educadores defendem por criarem maior interação da turma, principalmente às inclusivas. Cada vez mais é solicitado dos profissionais o empenho no uso de recursos didáticos e de metodologias que apresentam essa finalidade. É válido lembrar segundo Loch (2008 p.40) que:

No que diz respeito à educação para a inclusão social, o Artigo 58 da LDB (Leis de Diretrizes Básicas) assegura que a escola regular disponibilizará serviços de apoio





especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Quando não for possível a integração do aluno nas classes comuns de ensino regular, esse atendimento educacional deve ser feito em classes especializadas denominadas “Salas de Recursos”. O artigo 59 da LDB afirma que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização peculiar, para atender às suas necessidades.

Na concepção de Vieira e Ferraz (2015, p.03),

Esta lei nos permite conceituar legalmente o que é a Educação Especial/Inclusiva e tê-la como parâmetro para reconhecermos o que, de fato, tem sido cumprido nas Escolas. De acordo com o documento: “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, a Educação Especial sobre a perspectiva da inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos em sala de aula, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis.

A LDB também menciona a adequação das instituições de ensino para o ingresso desses sujeitos, e que as esferas políticas administrativas devem propor meios para essa adequação dos espaços físicos, recursos didáticos e pedagógicos, bem como do preparo do professor através de cursos de capacitação e formação continuada. Este trabalho destaca o uso da Cartografia Tátil como uma das inovações nos recursos didáticos para melhor incluir os deficientes visuais nas aulas de geografia.

A Cartografia Tátil, que segundo Sena e Carmo (2013 p. 3), é o ramo da Cartografia “que se ocupa da concepção, elaboração e uso dos mapas táteis, pode ser definida como a ciência, a arte e a técnica de transpor uma informação visual de tal maneira que o resultado seja um documento que possa ser utilizado, inclusive, por pessoas com deficiência visual”. Essa arte para os videntes tem a capacidade de reduzir as escalas e facilitar a assimilação de algo amplo, mas para os Deficientes Visuais conforme Loch (2008 p.41) “os mapas ampliam sua concepção de mundo”.

Para Sena e Carmo (2013, p. 03) Os mapas táteis são:

representações cartográficas em relevo, elaboradas a partir de informações visuais. Nestes mapas é possível reproduzir o sistema simbólico do mapa visual por meio da linguagem tátil, desde que sejam consideradas as características particulares do tato. As representações gráficas táteis podem ser utilizadas como recursos didáticos em sala de aula ou para auxiliar na locomoção e mobilidade de pessoas com deficiência visual (em edifícios e locais públicos, centros urbanos, etc.).

O entendimento e valorização da cartografia tátil, como ferramenta para melhor mediação das aulas de geografia, favorecem a construção de outros materiais táteis e de mapas mentais, que auxiliam na mobilidade e autonomia dos deficientes visuais. Para todas as ferramentas voltadas para o ensino de geografia não podemos descartar o uso do BRAILE, sendo esta a língua utilizada pela escrita e leitura dos Deficientes Visuais. Segundo Chaves (2011, p. 47),

Os mapas táteis são de grande utilidade na compreensão do espaço geográfico, na apreensão de conteúdos escolares e no próprio dia-a-dia do estudante cego. Os instrumentos de orientação espacial, além de necessários para o aprendizado escolar, auxiliam na locomoção, na autoconfiança, no aumento da autoestima e trazem independência para o cego.

Existe segundo Rossi (2013) uma preocupação com uma série de aspectos que possam e/ou devem estar presentes na representação tátil para facilitar o entendimento por parte principalmente dos deficientes visuais. Preocupações com o material gráfico e textura são os principais.

Interpretando as colocações da autora, um bom mapa tátil deve conter título traduzido em braile e que simplifique a ideia geral do que é representado; a legenda deve ter tradução em braile e sempre o mais próximo possível do campo de identificação dos mesmos; as representações ou itens presentes no mapa devem apresentar-se em alto-relevo ou em texturas, formatos, espessuras distintas para facilitar a identificação; e os textos ou resumos devem ser evitados uma vez que a tradução em braile torne extenso o mapa, a oralidade ou sonoridade que apresente uma descrição detalhada pode ser o caminho.

Na visão de cada um dos autores mencionados, a geografia tem um potencial inclusivo nítido, pelas abordagens que a mesma é capaz de realizar. As novas metodologias para seu ensino devem atrair os alunos para a valorização da mesma e do conhecimento, importantes para a formação de identidade. O resgate do uso de mapas e as novas variações das representações cartográficas acabam por facilitar o trabalho do professor e efetivar a premissa de inclusão quando a mesma busca compor conhecimento sem barreiras ou distinções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto educacional em que vivemos, devemos valorizar a construção de identidades baseado na aceitação, respeito e vivência com o diferente, buscando minimizar conflitos gerados pelo preconceito e pela discriminação. Deste modo, buscar investimentos e melhorias para escolas em prol do desenvolvimento do seu potencial inclusivo é o necessário a se fazer, já que a escola é lugar de compartilhamento e construção do conhecimento científico, empírico e social.

Dentro deste contexto escolar, o ensino de geografia apresenta-se fundamentalmente importante para a construção de nossa criticidade, através da compreensão das paisagens, dos lugares, dos territórios e do espaço que está a nossa volta. A geografia tem e deve ser valorizada por nos propiciar à compreensão do meio onde estamos inseridos.

O professor de geografia pode buscar meios para tornar a geografia mais atrativa, bem como incluir aqueles alunos que apresentam déficits na disciplina, devido a qualquer circunstância. Sua metodologia deve facilitar a assimilação do conteúdo e desmistificar certas situações, como por exemplo, a impossibilidade de aprender geografia por parte dos Deficientes Visuais.

É aguçando a sonoridade e a totalidade do Deficiente Visual, que o professor de geografia irá conduzir sua aula com as menores dificuldades possíveis.

Desenvolver recursos didáticos e metodologias diversas que ajudem no ensino de geografia para toda e qualquer pessoa, mesmo com suas características distintas, e respeitando seus déficits de aprendizagem, é um dos primeiros passos para evidenciar a inclusão.

Sendo assim, portanto, a busca por essas novas e/ou inovadoras formas de lecionar geografia, só torna-se possível quando professores e pesquisadores apresentam-se engajados na busca pelo desenvolvimento e difusão da ciência geográfica para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, David de Abreu. **A geografia escolar e a educação inclusiva na escola estadual Dom Moisés Coelho, município de Cajazeiras - PB.** Monografia apresentada para conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Geografia. UFCG/CFP. Cajazeiras, PB, 2014.

CHAVES, Ana Paula Nunes; NOGUEIRA, Ruth Emilia. Os desafios do professor frente o ensino de Geografia e a inclusão de estudantes cegos. In: **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 5-16. Maringá, 2011.

CHAVES, Ana Paula Nunes. A geografia escolar e as experiências educativas de estudantes com cegueira (Geography education and educational experiences of students with blindness). **GEOSABERES - Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 2, n. 4, p. 43-54, 2011.

FAÉ, Maeli. O Ensino de Geografia na Perspectiva da Inserção dos Deficientes Visuais. In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia – ENPEG. **Anais**. v. 10, p. 1-12, 2009.

- GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: **Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas**. 1º Edição. Brasília. MEC-SEESP, 2005.
- LASTÓRIA, Andrea Coelho; DE SOUSA FERNANDES, Silvia Aparecida. A Geografia e a linguagem cartográfica: de nada adianta saber ler um mapa se não se sabe aonde quer chegar. In: **Ensino em Re-Vista**. v. 19, n. 2, jul./dez. 2012
- LOCH, Ruth Emilia Nogueira. Cartografia tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal de Cartografia das Geociências**, v. 1, n. 1, p. 36-58, 2008.
- PEREZ, Carmem Lucia Vidal. Leituras do mundo/leituras do espaço: um diálogo entre Paulo Freire e Milton Santos. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-122.
- ROSSI, Dariane Raifur. Deficiência Visual: desafios para o ensino da geografia em sala de aula. IN: **Revista Instituto Benjamin Constant**. V.19. Número 54. Rio de Janeiro, Abril de 2013.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de C.; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. São Paulo: SEESP/MEC, 2007.
- SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão**. SEESP/SEED/MEC, Brasília-DF-2007. Disponível em <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em 10 de novembro, 2014.
- SENA, Carla C. R. G. de; CARMO, Waldirene R. do. Ensino de geografia e a inclusão de pessoas com deficiência visual. In: I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal. **Anais**. São Paulo, 2013.
- SENA, Carla c. R. G. de; GIMENEZ, Cristiano; CATELLI, Mariane R. A contribuição da cartografia tátil no ensino e na orientação e mobilidade. In: I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal. **Anais**. São Paulo, 2013.
- VIEIRA, Jaqueline Machado; FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. O desafio do ensino de geografia para deficientes visuais. **Geografia em Atos (Online)**, v. 2, n. 2, p. 08, 2015.

